

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

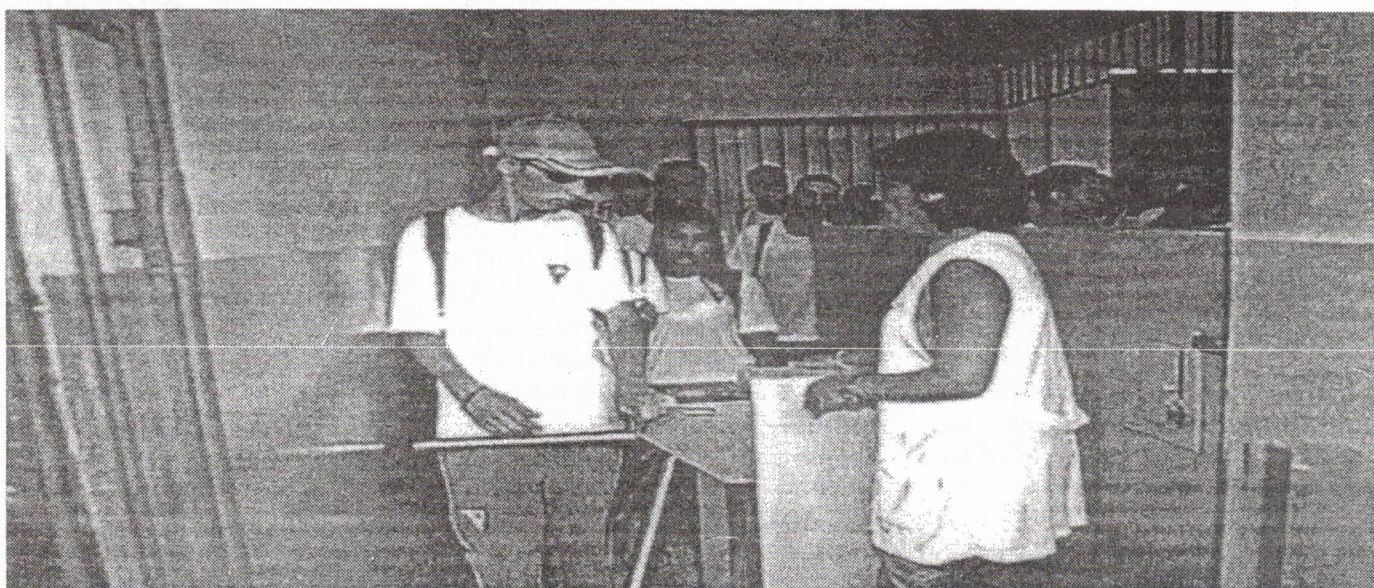
ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 240 - DE 03 a 17 de JUNHO DE 2002- R\$ 1,00

Disputa eleitoral expõe a podridão burguesa

O velho estalinista morreu, mas deixou sua herança



A questão da violência nas escolas: a política proletária contra a repressão burguesa

Argentina: Duhalde se afunda. As massas voltam às ruas

FORA O EXÉRCITO DE ISRAEL DA PALESTINA

FORA OS EUA E SEUS ALIADOS DO ORIENTE MÉDIO

NENHUMA INTERVENÇÃO DA ONU, MARIONETE DOS EUA

DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO

ARMAMENTO GERAL DAS MASSAS PALESTINAS!

Quinzena do Movimento Operário

Desemprego atinge 1,9 milhão de pessoas na região metropolitana de SP

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo em abril chegou a 20,4% da População Economicamente Ativa (PEA), o maior índice da pesquisa do Dieese e da Fundação Seade, iniciada em 1985 — em abril e maio de 1999, a taxa foi de 20,3%. Pela primeira vez, foi ultrapassado o patamar de 1,9 milhão de desempregados. Os 20,4% do mês passado — contra 19,9% em março — corresponderam a uma estimativa de 1,904 milhão de trabalhadores sem emprego, 285 mil a mais em relação a abril de 2001. Em um ano, a renda média dos ocupados caiu 11,2%.

A PEA foi estimada em 9,331 milhões e o número de ocupados, em 7,427 milhões.

A falta de empregos principalmente para as pessoas que entram no mercado demonstra como a crise do sistema capitalista impede o desenvolvimento da economia. A submissão dos países atrasados, como o Brasil, é plenamente visível. A crise do sistema capitalista mundial o obriga a aplicar uma política recessiva. Com isso mais empregos são destruídos e mais famílias ficam na miséria.

Curitiba: terceirização na saúde

A secretária municipal de saúde de Curitiba passará a contratar a partir de 1º de junho profissionais terceirizados nas unidades de saúde 24 horas. Após reclamações dos médicos concursados. O secretário municipal da saúde, Caputo, afirmou que a medida foi aprovada pelo Ministério da Saúde.

E que a União irá repassar uma verba complementar de aproximadamente R\$ 400 mil mensais para a contratação dos médicos. Vemos aí mais um exemplo de como o governo procura acabar de vez com a saúde pública.

Mulheres de PMs do Paraná protestam por causa de hospital

As mulheres de PMs querem man-

ter atendimento pelo Hospital da Polícia Militar. Para isto realizaram no dia 20/05 uma nova manifestação em frente ao Hospital da Polícia Militar (HPM), pedindo a continuidade do atendimento para policiais da ativa e familiares, pensionistas e inativos. O governo do Estado determinou que irá manter o funcionamento do hospital até o dia 29. Após esta data, inativos e familiares de PMs terão de ser atendidos no Hospital Universitário Evangélico. A necessidade do governo desviar cada vez mais verbas para o pagamento dos agiotas internacionais obriga a que a cada dia faça mais cortes nos setores sociais. Com isso, cada vez mais a população fica sem seus serviços básicos enquanto a burguesia tenta se safar de sua crise.

Funcionários do HC do Paraná entram em greve

O Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) passou a atender, a partir do dia 26/05, apenas serviços essenciais e de emergência. Novas internações, consultas e exames deverão ter o número reduzido a partir das 6h30 da manhã, quando começa a greve dos cerca de 1,5 mil funcionários contratados pela Fundação de Apoio da UFPR (Funpar) e que trabalham no HC de Curitiba em setores diversos.

De acordo com a assessoria de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores do Terceiro Grau Público de Curitiba e Região Metropolitana (Sinditest), os pacientes já internados não sofrerão prejuízo no tratamento.

Metroviários de SP aceitam reajuste e decidem suspender a greve

O índice de 8% foi proposto pela juíza Maria Aparecida Pellegrina, em audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho. Assembléia da categoria aprovou o aumento.

Na audiência, a juíza propôs também o prazo de 120 dias para fechar o acordo coletivo e para que sejam discutidos o risco de vida no trabalho, tíque-

te-refeição e redução da jornada de 40 para 36 horas semanais para seguranças e bilheteiros.

A direção aceitou a migalha barganhada no tribunal ao invés de colocar uma dura luta por um aumento de verdade. Na verdade, até a sua reivindicação de 9,13% de reajuste já era visando ao que o governo poderia pagar e não a verdadeira necessidade dos metroviários. Existe a necessidade de uma verdadeira direção no Sindicato, em vez dos vendidos que aí estão.

Servidores municipais de SP protestam

Mais de 2 mil servidores participaram, no dia 27/05 à tarde, de manifestação em frente à sede da Prefeitura, no Parque Dom Pedro, para exigir reajuste salarial na data-base (1º de maio). Apesar do protesto, terminou sem acordo a 10ª rodada de negociação entre representantes do Sistema de Negociação Permanente (SINP). Os sindicalistas rejeitaram a proposta da Prefeitura de conceder — além dos 2% de reajuste ou de abono fixo no valor de R\$ 250 este mês já oferecidos — um abono de R\$ 300 para os servidores que ganham até três salários mínimos (equivalente a R\$ 600).

A prefeitura petista não difere das demais, aplica as medidas do governo federal/imperialismo não se importando com a necessidade real dos trabalhadores.

Grevistas do Judiciário Federal serviram almoço em protesto na Avenida Paulista

Os servidores do Judiciário Federal de São Paulo completam dia 28/05 23 dias em greve. Em São Paulo, a categoria realizou um protesto em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF), na Avenida Paulista. Durante a manifestação, os funcionários serviram no almoço cupim (corte de carne) ao molho madeira. Isso porque o alvo da manifestação foi o líder do governo na Câmara dos Deputados, Arnaldo Madeira (PSDB-SP). "É uma referência ao que faremos caso o Governo não recue e negocie com seriedade com a categoria: seremos como cupim na vida

do deputado”, explicou Cláudio Klein, diretor do sindicato da categoria (Sintrajud-SP).

Já na tarde do dia 27, um grupo de servidores realizou protesto em frente à casa do parlamentar no bairro de Perdizes, em São Paulo. Em Belo Horizonte (MG), os servidores realizaram manifestação em frente ao Palácio da Liberdade, durante reunião do governador Itamar Franco e o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG).

A categoria reúne 100 mil servidores no país, que brigam pela aprovação do projeto de lei que prevê a revisão do plano de cargos e salários (PCS).

Greve no porto de Paranaguá

Segunda, dia 27, foi feita uma paralisação de advertência no porto de Paranaguá durante cinco horas. O conflito que culminou com a paralisação foi pro-

vocado pela escassez de serviços no porto, argumentam os representantes dos trabalhadores avulsos. Os trabalhadores não aceitam a intermediação do Ogmo (Órgão Gestor de Mão-de-Obra) e encaminharam uma pauta de reivindicações à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), que, por sua vez alega, que não tem competência para resolver as disputas trabalhistas.

GM: férias coletivas e contratos temporários

A General Motors, na unidade de São José dos Campos, resolveu dar 10 dias de férias coletivas para 2700 operários, com o objetivo de “ajustar” a produção com as vendas. A fabricação da Blazer e da S10 estará paralisada por 10 dias, enquanto que as do novo Corsa e da Zafira será reduzida pela metade. Por detrás de tudo isso poderão vir as demissões.

No ABC, a GM contratou 192 trabalhadores em regime temporário e, vencido o prazo, só efetivou 82. Portanto, dispensou os serviços de 110. Ainda mais. Contratará outros 110, por três meses.

As férias coletivas são ameaças de demissão. A GM quer cortar custos. Para isso, acelera os contratos temporários. Os trabalhadores se matam de trabalhar por alguns meses na esperança da montadora efetivar a contratação. Falso. A maioria, depois de dar o sangue, vai para o olho da rua.

Que o sindicato inicie de fato da luta unitária contra as medidas das montadoras. Não é hora de abaixar a cabeça. É hora de juntar forças e fazer uma campanha nacional e unitária. Que una os operários da Volks, Fiat, GM, Scania etc, das autopeças num movimento pelo emprego, salário e todos os direitos trabalhistas. É preciso estabelecer o controle operário da produção.

Disputa eleitoral expõe a podridão da política burguesa

O escândalo da candidatura de Roseana Sarney, envolvida na corrupção milionária da Sudam, foi o ponto alto da briga eleitoral entre PSDB e PFL. Bastou sua renúncia, para que não se tocasse mais no assunto.

Em seguida, o vice de Anthony Garotinho, do PSB, Paulo Costa Leite, renunciou à candidatura sob a acusação de ter sido um agente da repressão na época da ditadura militar, como membro do Serviço Nacional de Informação (SNI). Esse senhor, depois de passar pela escola da delação, perseguição política e tortura, tornou-se presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Pretendia ser vice-presidente pelo PSB.

José Serra, por um bom tempo, negociou com o PMDB quem seria seu vice. Temia por uma indicação de alguém que pudesse ser denunciado como corrupto. É sabido que todos têm as mãos sujas. O problema estava em escolher um que ainda mantivesse seus dedos metidos em luvas. Finalmente, as negociações chegaram ao deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB do Rio Grande do Norte). Um representante da oligarquia Alves. Eis que sua ex-mulher o denuncia como ladrão do Estado, publicando do-

cumentos incontestáveis.

Quem acreditava que José Serra estivesse isento foi surpreendido com o dossiê sobre os 15 milhões de reais de propina cobrada pelo ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, do empresário Benjamin Steinbruch que concorria à privatização da Vale do Rio Doce, em 1997. Ocorre que o dinheiro arrecadado pelo afiliado de José Serra foi destinado para candidaturas do PSDB. Logo o escândalo foi abafado, para se evitar a derrocada do candidato do governo FHC.

Dizem que a vice de Serra, finalmente escolhida, a deputada Rita Camata, está limpa. Houve rumores de improbidade sobre a administração de Gerson Camata (marido de Rita) no Espírito Santo. Mas as luvas não foram tiradas.

Sobre o PT, o escândalo do jogo do bicho (RS) não chegou a respingar sobre Lula. Em Brasília, estouraram as falcatruas envolvendo deputados do PT, PCdoB e PCB. Também não passaram de casos localizados. Mas são indicadores de que o ambiente da política burguesa contamina qualquer partido que nele esteja envolvido. O Estado, com todas as esferas administrativas e políticas, con-

diciona os partidos e seus membros particularizados que o dirigem como agentes do capital (governadores, parlamentares etc) a serem parasitas da sociedade.

O jogo das alianças

Há um outro aspecto da corrupção que é a politicagem. Os maiores adversários, que até ontem se acusavam de tudo quanto é coisa, repentinamente tornam-se aliados. No jogo das alianças eleitorais, vale tudo.

O PFL, depois de ser detonado pela ação do PSDB, esteve próximo de se reconciliar. Aproximou-se também da Frente Trabalhista do PPS, PDT e PTB. Foi recebido de braços abertos por Ciro Gomes. A ala de Antônio Carlos Magalhães chegou a anunciar apoio ao PT no segundo turno.

O PSDB teve de escolher entre duas indicações do PMDB para vice: Rita Camata e Pedro Simon. A escolha de Rita Camata irritou o senador gaúcho. Segundo ele, venceu a beleza e a inteligência; perdeu sua feiura e sua falta de idéia. Uma ironia do rejeitado. Imediatamente, o PT derramou elogios a Pedro Simon.

Tarso Genro, candidato do PT ao Rio Grande do Sul, correu a telefonar para a senhora Simon, lamentando que o senador não merecia tal desrespeito.

O sentimentalismo tinha sua razão de ser: Pedro Simon poderia e pode vir a ser o vice de Lula. O PT aspira isso, tendo em vista a impossibilidade de compor formalmente com o PL e com a marginalização definitiva de Pedro Simon na aliança PMDB e PSDB. Pedro Simon esteve a um passo de ser o adversário da candidatura de Lula; agora está a um passo de ser adversário da candidatura Serra.

Tudo isso ainda pode fracassar. O que importa é entendermos a jogatina da política burguesa, na qual o PT mergulhou.

Para reforçar essa conclusão, basta ver as negociações ocorridas com a ala Quéricia do PMDB paulista. Procura-se uma aliança, mesmo que de bastidor, com a fração peemedebista que preten-

dia candidatura própria para a Presidência da República, tendo como candidato Itamar Franco. Se essa ala tivesse vencido a ala majoritária de Michel Temer favorável à aliança com o PSDB, hoje estaria como adversária do PT. Mas como foi derrotada, se apresentará na Convenção final do PMDB com a posição de aliar-se ao PT. Sabe-se que será novamente derrotada. Então, poderá informalmente compor com os petistas em regiões como São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Se nada disso acontecer, continua valendo nossa conclusão anterior. O PT que tinha Quéricia como um dos maiores corruptos, agora o quer ao seu lado.

Rechaçar a política burguesa construindo o POR

Os trabalhadores e a militância de esquerda que têm ilusão num governo de Lula/PT deveriam analisar com mais cuidado a trajetória do PT e se colocar

pela construção do Partido Operário Revolucionário.

É verdade que não há possibilidade do POR se tornar rapidamente numa potência capaz de dirigir a luta de classe para a revolução proletária. Ou seja, para a tomada do poder da burguesia. Isso faz com que uma importante parcela da classe operária e demais oprimidos vêm no PT a alternativa do momento, embora a desconfiança tenha crescido sob a base da má experiência com o reformismo capitulador.

Trata-se de um erro esse imediatismo. O PT não dará lugar a um governo dos explorados, nem tão pouco um governo dos exploradores que fará reformas em favor da maioria oprimida.

Chamamos a atenção para a necessidade histórica do partido da revolução proletária, que se porá de pé lutando contra a política burguesa e contra as falsificações do PT.

Demagogia burguesa: Violência marginal e eleições

As épocas eleitorais são de milagres. Um deles está por vir: o fim da violência que atinge a juventude e sitiou as escolas. Há o reconhecimento de todos candidatos de que chegou a hora de enfrentar o problema. A fórmula unânime: combinar prevenção com repressão ao crime. As críticas unânimes: só a prevenção apoiada no cultivo de valores éticos, cívicos, religiosos e humanísticos não serve; e a repressão policial pura e simples não resulta nada de positivo. Dizem que é preciso reconhecer o que está causando tanta mortandade de jovens, que matam e morrem, que se drogam e vivem da droga etc. Outra unanimidade: o desemprego, o ambiente de miséria e um dia-a-dia promíscuo são as causas da violência.

De reconhecimento em reconhecimento, o milagre vem chegando. Combinar prevenção com repressão e atacar a

causa, criando emprego e melhorando a escola.

Onde está, então, a polêmica entre os tantos santos que querem alcançar a altura dos píncaros? Está em como vão trazer de volta os mais altruístas valores de defesa da vida, tendo à frente o primeiro dos Mandamentos; como irão humanizar e moralizar o braço de repressão do Estado (a polícia) e como resolverão o problema do desemprego.

O governador Alckmin adianta-se pela concretude. Reciclagem de professores e alunos pelos princípios da cidadania burguesa; coalhar de câmeras de vídeo as escolas, reforçar a ronda policial, colocar nas zeladorias os agentes da repressão, enfim, militarizar. Mas há uma novidade: tornar a escola em escola para o trabalho. Chega-se ao milagre: uma escola para o trabalho quando não há trabalho; quando cresce o

desemprego geral e particularmente entre os jovens.

Para quem sabe que milagre não existe, o caminho está em chegar às causas primeiras da barbárie, que se encontram na base da exploração capitalista do trabalho e no seu esgotamento histórico; em enfrentá-las com as forças motrizes das transformações, que se materializam na luta coletiva dos trabalhadores. Enfrentar a violência que se manifesta em toda sociedade e que atinge sobremaneira a juventude implica defender: nenhum jovem fora da produção e da escola; jornada de 4 horas e o restante do tempo na escola; emprego compatível com seu desenvolvimento físico e mental; ensino ligado à produção social, científico e politécnico. Com essas bandeiras, podemos rechaçar a militarização capitalista da escola e a hipocrisia dos valores burgueses.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Fortaleza

Prefeitura de Fortaleza demite 320 agentes sanitariastas

Defesa do emprego para todos

O capitalismo não pode resolver o grave problema da saúde pública. O retorno de doenças como a malária, febre amarela, calasar, tuberculose e o crescimento descontrolado da dengue são indicadores de que a saúde pública vai de mal a pior.

Sanitariastas trabalham como escravos

A prefeitura de Fortaleza e empresas terceirizadas contrataram, em caráter temporário, mais de 1000 agentes sanitariastas para a campanha contra a dengue. As condições desses agentes são extremamente precárias: trabalham sol a sol, sem fardamento adequado (faltam luvas, botas, óculos, ou seja condições indispensáveis ao manuseio do larvicida); transportam nos ombros uma bolsa que pesa 4kg e uma escada de aço, que pesa em média 10kg; recebem mensalmente 1 salário mínimo e estão há mais de um ano sem qualquer vínculo empregatício.

A demissão

No último dia 10 de maio, os 320 sanitariastas foram informados pelos supervisores que devolvessem os materiais porque estavam demitidos pela prefeitura (PMDB). Alegou que os 320 agentes sanitariastas, que trabalhavam terceirizados pela Secretaria Municipal de Saúde, foram demitidos por pressão do Ministério do Trabalho. Comunicou ainda que não vai pagar os direitos rescisórios demitidos.

A Prefeitura usa as mesmas ar-

mas do patronato. Contrata em caráter temporário, suga os trabalhadores ao máximo, paga um salário mínimo de fome e demite da noite para o dia sem qualquer direito trabalhista.

A reação dos demitidos e a falsa promessa da prefeitura

No dia 13, os agentes sanitariastas realizaram uma manifestação em frente à Secretaria Municipal de Saúde. Pela pressão dos demitidos, Adelmo Martins (Secretário da Saúde) concedeu um presente de misericórdia: deu mais um mês aos agentes.

A tática da prefeitura é para desmobilizar o movimento dos demitidos. Permitiu que ficassem mais um mês no trabalho e anunciou uma possibilidade de novo contrato por uma outra locadora (Certa). Cria a ilusão de serem admitidos por uma nova empresa, para com isso dividir e enfraquecer a luta dos sanitariastas.

Direção do sindicato aceita a terceirização

A direção do Sintasce está nas mãos do PCdoB. Não tem encaminhado a reivindicação central dos sanitariastas, que é a realização do concurso público para a contratação de agentes sanitariastas.

O PCdoB não combate verdadeiramente a política da prefeitura e das empresas de contratação em caráter temporário. Não se opõe a existência da terceirização. Ao não organizar o movimento contra a exploração do trabalho, acaba aceitando as imposições da prefeitura e das empresas. Inclusive contribui para espalhar

ilusão sobre as falsas promessas de nova contratação. A política da direção do sindicato é de conciliação de classe.

Nossas propostas

A demissão em massa dos 320 sanitariastas é parte da ofensiva da burguesia contra os trabalhadores. A contratação por tempo determinado, o salário mínimo miserável, a terceirização e o não pagamento de direitos trabalhistas fazem parte da estratégia patronal de cortar gastos. Os que ficam trabalham dobrado e em piores condições. A prefeitura de Fortaleza segue essa orientação.

A luta dos agentes sanitariastas é a mesma dos milhões de desempregados e dos que suportam os contratos de trabalho que beiram à escravidão. Não há outra via de defesa do emprego, do salário e dos direitos trabalhistas se não for a ação coletiva e de massa dos trabalhadores (empregados e desempregados). É necessário a unidade e a ação direta para enfrentar os patrões e o governo. Os trabalhadores não podem confiar nas falsas promessas dos politiquieiros. É preciso pôr em pé o comitê de luta pelo emprego, salário e direitos trabalhistas.

As reivindicações que impulsionam a luta são:

Fim do trabalho temporário! Contratação de todos os agentes sanitariastas demitidos! Fim da terceirização! Salário mínimo vital, hoje em torno de R\$2000,00! Fim da reforma trabalhista de Dorneles que elimina os direitos trabalhistas! Emprego, saúde e educação a todos os trabalhadores!

Ceará Mirim (RN)

Prefeita de Ceará Mirim arma processo para demitir os lutadores

A prefeita Ednólia Melo lançou um violento ataque aos defensores da escola pública e aos que se opõem à reforma privatista da educação. O primeiro passo foi fechar a escola em que os militantes trabalhavam. Alegou que havia poucos alunos e que estava reduzindo gastos. A verdade veio à tona quando foi denunciado que a escola já funcionou com bem menos alunos e que havia outras nas mesmas condições. O segundo, foi transferir compulsoriamente os dois professores e a merendeira. O terceiro, foi abrir um processo administrativo, dizendo que houve abandono de cargo, para legalizar as demissões. Para agravar a repressão, cortou-lhes os salários.

Tudo vem sendo tramado para demitir os que se opõem às medidas destruidoras da educação, impostas pela Sra. Ednólia Melo e seus comparsas. A formalização de uma comissão processante e as intimações recebidas pelos militantes para responderem a tal comissão fazem parte do jogo, que tem como objetivo a punição com demissão.

A transferência de uma escola para outra era uma armadilha. Foram remanejados sem serem consultados, contrariando o próprio Estatuto do Magistério que institui o remanejamento consensual. Foram remanejados para escolas da zona urbana e o concurso realizado era para a zona rural. A prefeita e sua Secretária pretendiam desmoralizar os militantes perante os demais professores, passando por cima da legislação e dando a eles um presente de grego. Conceder-lhe o privilégio de ter suas classes na cidade. Os companheiros denunciaram a falcatura da prefeita e não assumiram a remoção fajuta.

As armas sujas da prefeita

A prefeita foi mais longe, exigiu das direções das escolas um ofício comunicando a ausência dos professores remanejados, para dar sustentação ao processo de abandono de cargo. A diretora de uma das escolas, servil à prefeita, registrou da seguinte forma para incriminá-los: "O professor... não está comparecendo à escola... ficando sua sala de aula sem professor e por este motivo sem aluno. Os pais estão frustrados e decepcionados com o professor que abandonou os seus alunos e a escola, além de prejudicar ao aprendizado das crianças que estão sem assistir aula este ano".

Como se vê, a direção da escola, que sequer teve contato com o professor, responsabiliza-o por abandonar seus alunos, quando não houve abandono algum. O que ocorreu é que o professor não aceitou "o prêmio" da transferência em defesa de princípios. Princípios esses opostos ao da política-

gem daqueles que destroem a escola pública e, em particular, negam aos filhos dos trabalhadores rurais acesso à educação. A nota da diretora a mando da prefeita é para tentar ganhar apoio dos pais desses alunos ditos prejudicados e servir de testemunhas a favor da demissão dos professores.

Certamente, a prefeita não foi perguntar aos pais camponeses que tiveram a escola fechada se os professores que lutaram pela sua manutenção estavam combatendo pelo prejuízo ou pelo benefício da educação. Utiliza-se de uma escola em que o professor não pôde assumi-la por razões de princípios políticos e educacionais para incriminá-lo em razão da resistência que vem fazendo à ação anti-educação da prefeita.

Uma comissão a serviço da repressão

A Sra prefeita encarregou a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo a "apurar abandono de cargo". Na verdade, para legitimar a ação de demissão da prefeita.

Os perseguidos estiveram presente na Comissão e reafirmaram que não responderiam nenhuma pergunta elaborada pela tal comissão por "considerar que a origem deste processo se deu por perseguição política".

Ednólia Melo e a Secretária da Educação, Margarida Maria de Lima, usaram de todas as armas para intimidar os companheiros. Fecharam a escola, cortaram os salários, remanejaram, abriram processo administrativo, inventaram mentiras, usaram a polícia para retirá-los da escola, procuraram jogar os alunos e pais contra os professores.

As punições devem ser respondidas com luta

A prefeita quer punir com a demissão as direções do movimento. Usa esse artifício para intimidar e fazer recuar a luta contra as medidas que são impostas pela prefeitura e Secretária da Educação.

A repressão contra os militantes e coordenadores do Sinte deve ser combatida por todos os trabalhadores. A vitória contra as ações da prefeita fortalece a luta geral dos trabalhadores. Para isso, é necessário ampliar a campanha de denúncia às perseguições políticas, fortalecer o comitê contra a repressão política, ampliar a campanha de arrecadação de fundos, exigir que as direções de sindicatos, movimentos e partidos se posicionem publicamente contra as medidas da prefeita. Somente o movimento organizado e de rua poderá barrar o processo de demissão dos companheiros lutadores.

Perseguição política em Ceará Mirim:

Um chamado aos sindicatos, movimentos populares e correntes políticas

A resistência contra o fechamento da escola rural Professor Ezequiel de Souza, em Manguari, Ceará Mirim-RN, que serve aos filhos de camponeses, incluindo os sem-terra, é parte da defesa do direito à educação aos oprimidos pelo capitalismo.

A repressão da prefeita de Ceará Mirim, Ednólia Melo (PSDB), contra a resistência demonstra como o Estado trata a educação pública. Evidencia-se a hipocrisia de um Estado e governo que dizem se preocupar com o ensino das massas populares e com sua elevação cultural. A atitude obscurantista de tais autoridades explica a perseguição político-administrativa dos professores João Maria Fernandes da Silva e Francinilda Nogueira da Silva, que se encontram sob processo de demissão.

O motivo alegado é de "abandono de cargo", quando os professores, ao contrário, lutaram juntamente com os pais dos alunos contra o fechamento da escola rural. Ocorre que a prefeita impôs-lhes arbitrariamente uma transferência para uma escola urbana, com o claro objetivo de afastá-los da defesa da escola em que ministravam aulas.

Quem deveria estar sendo processado é a prefeita que fechou a escola com o argumento de que havia reduzido o número de alunos e que era um dispêndio a ser eliminado. Mas o poder está em suas mãos. Usa-o descaradamente para impor seu autoritarismo. Chegou ao ponto de pressionar as direções

das escolas envolvidas para obter apoio à falsa acusação de abandono de cargo. Pretende culpar os professores, apoiada no inquérito da Comissão Processante, de prejudicar os alunos da Escola Municipal Rotary, pelo fato do professor João não ter assumido a transferência.

Na verdade, a transferência compulsória foi de caráter político-repressivo. Os lutadores não se recusaram a uma transferência, mas recusaram-se a baixar a cabeça perante a repressão. E mais ainda: a transferência era uma forma de comprar-lhes, uma vez que seriam transferidos para uma escola da cidade, com melhores condições se comparada com a da escola rural.

Nesse sentido, a regional de Ceará Mirim do Sindicato de Professores do Rio Grande do Norte e o movimento de defesa da escola rural faz um chamado a todos os sindicatos, movimentos populares e correntes políticas a defenderem o trabalho de João e Francinilda e a rechaçarem a perseguição política.

Contribuam com a campanha financeira e com a campanha política enviando moções ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação, regional de Ceará Mirim, Rua Mussolino China -s/n- Centro, Cep. 59570-000, Ceará Mirim/RN

Suspensão imediata de todo o processo político-repressivo!
Pagamento dos salários!
Manutenção da escola rural!

Fortaleza

Governo destrói a educação pública

No Ceará, o governo (Beni Veras/Jaime Cavalcante) lança uma ofensiva sobre o ensino médio. Acabou com as poucas aulas de laboratório de química, física e biologia que existiam. Obriga que as escolas com salas com menos de 40 aulas a fundir turmas. As salas de ensino médio terão, na decisão do governo, de ter mais de 40 alunos. Portanto, uma medida que visa diminuir os gastos com a educação. Para os alunos, significa superlotação e inviabilidade de qualquer ensino/aprendizagem. Para os professores, resulta em demissão.

As conseqüências dessas medidas já são sentidas na escola Adauto Bezerra, onde a SEDUC (Secretaria da Educação) fechou 4 saias no turno da tarde e 2 à noite. Há previsão de fechar 5 no Instituto de Educação.

A reforma da educação no Ceará é a mesma que ocorre em todos os Estados.

Trata-se de um dos aspectos da reforma neoliberal, onde o Estado reduz ao mínimo os gastos com a educação pública. A desobrigação do Estado para com a escola pública é a essência da reforma privatista que vem sendo adotada no Brasil a mando do imperialismo. Não por acaso, a reforma na educação tem o dedo do Banco Mundial.

Contra a reforma educacional do governo defendemos

1) Um sistema único de ensino público, gratuito, laico. Estatização de toda a rede de educação, sob o controle dos trabalhadores. Fim do vestibular. Acesso a todos os níveis de ensino, do infantil ao universitário.

2) Por uma escola científica. Nada de ensino religioso. Chega de obscurantismo religioso.

3) Fim de toda a reforma neoliberal na educação. Fim das parcerias e das taxas.

4) Piso salarial de R\$2000,00. Redução da jornada, sem redução do salário. Que o professor receba um salário para trabalhar numa única escola. Que ninguém trabalhe mais do que 20 horas semanais. Emprego a todos.

5) Construção de grêmios livres independentes das direções das escolas. Emprego a toda a juventude. Nenhum jovem sem emprego e sem escola. Combinação da jornada de 4 horas de trabalho com a jornada de estudo nas escolas. Por uma escola vinculada à produção social.

6) Defesa da unidade dos trabalhadores e estudantes para enfrentar a política governamental de destruição da educação pública.

Debate sobre Politecnia: concepção marxista da educação

Retomamos a discussão feita por Marx, no final do século XIX, sobre a educação vinculada à produção social. Período em que as crianças estavam sendo escravizadas com o trabalho fabril e impedidas de freqüentar regularmente as escolas. Era o momento em que a classe operária exigia medidas de proteção ao trabalho (leis trabalhistas), principalmente em relação a jornada de trabalho (que chegava a ultrapassar 16 horas), a abolição do trabalho noturno das mulheres e leis que obrigassem a matrícula de crianças às escolas. Havia também uma pressão para que o Estado se responsabilizasse pela escola pública e gratuita, tirando assim das mãos da Igreja. Trata-se, portanto, de um movimento que, de um lado, pressionava o Parlamento para adotar leis trabalhistas e, de outro, leis de obrigatoriedade do ensino primário para as crianças.

Esse problema das crianças e adolescentes veio à tona no momento em que o governo lançou uma campanha contra a violência nas escolas. O governador Alckmin impôs um plano de combate à violência centrado em dois pontos: a) o chamado trabalho preventivo. As escolas devem discutir e implementar projetos de cidadania, ética, contra as drogas e todos os valores (é claro burgueses) que estão relegados. Para isso, instituiu as aulas de ensino religioso para as oitavas séries, ampliou os cursos de capacitação de professores para serem os "multiplicadores" dos tais projetos e tenta atrair a juventude dos grêmios escolares para também se integrarem à campanha governamental. Faz parte desse trabalho de prevenção, a criação do dia da "família na escola", onde os pais são convocados para também colaborar com esse plano; b) a repressão. A campanha de aumento de policiamento nas escolas, instalação de câmeras de vídeo ligadas com o posto policial mais próximo, moradia de policiais nas zeladorias, revista de alunos etc faz parte da militarização das escolas. Mas o governo, para impor esses dois aspectos de

seu plano, está obrigado a reconhecer que a violência é gerada em boa medida pela pobreza e o desemprego. E que cabe à escola preparar os estudantes para "o mundo do trabalho", para que possa despertar estímulo na juventude. Chega, inclusive, a conceituar "uma escola para o trabalho", justamente nas condições em que o capitalismo se desintegra pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, destruindo massivamente postos de trabalho e fechando brutalmente as possibilidades dos jovens entrarem na produção. Portanto, essa hipocrisia do governo serve unicamente para mascarar a militarização das escolas e obscurecer a raiz da violência marginal, ou seja, da barbárie social.

A violência que atinge as escolas tem de ser respondida como extensão do que se passa em toda a sociedade. O governo e a oposição institucionalizada tomam a catástrofe que atinge a juventude operária, desempregada e empobrecida, como motivo de politicagem. A oposição procura não se identificar com a orientação militarista do governo. Entretanto, mostra-se incapaz de combatê-la. O PT e as direções sindicais se apoiam na primeira parte do plano do governo. Ou seja, é necessário uma campanha educativa e preventiva. Alimentam a farsa da cidadania, da ética e da paz. Condenam o abuso da polícia e levantam a bandeira de que é necessário preparar (educar) a polícia para que possa atuar nas escolas. A polícia humanizada é um enfeite para o braço armado do Estado, cuja função é de exercer a violência contra os oprimidos. O POR combate o plano governamental em todos os aspectos. E faz a campanha do emprego a todos os jovens, uma jornada de 4 horas combinada com a escola. Portanto, nenhum jovem fora do trabalho, nenhum jovem fora da escola. Ao mesmo tempo, defende a proteção do trabalho e um salário que atenda às necessidades, opondo, com isso, às condições brutais de exploração. É na luta pelo trabalho e pelo acesso a todos

níveis do ensino, que a juventude compreenderá e combaterá o sistema capitalista, responsável pela destruição de postos de trabalho, fome e miséria - a maior violência sobre a maioria trabalhadora.

Há ainda questionamentos, embora absurdos e muitas vezes hipócritas, se a juventude deve trabalhar ou não. Marx mostrou que o capitalismo impôs a todos os membros da família oprimida a necessidade do emprego. A industrialização, na Inglaterra, incorporou as massas na produção. Não escaparam as mulheres e nem as crianças. Impôs um regime de escravidão não poupando sequer crianças que mal atingiam a idade de 6 anos. Crianças e jovens foram arrastados para serviços incompatíveis com sua estrutura físico e mental. E a escola lhes era negada. Foi nesse quadro que surgiu a contestação a qualquer tipo de trabalho para crianças e jovens, que deveriam unicamente dedicar seu tempo à escola. Marx demonstrou que se tratava de um erro de visão e de uma utopia. Desde que a criança atingisse um desenvolvimento capaz de manifestar as faculdades produtivas deveriam vivenciá-las por meio do vínculo da produção social com a aprendizagem escolar. A defesa do vínculo das faculdades para o trabalho com as do conhecimento educacional era uma arma contra a escravização capitalista das crianças e dos jovens na produção e contra os obstáculos de seu acesso à escola. Não se tratava, portanto, de impedir o trabalho àqueles que atingiam a idade produtiva. Tratava-se sim de denunciar a exploração e exigir um jornada de trabalho e um tipo de atividade compatíveis com a capacidade da criança e do jovem, bem como exigir o acesso pleno a uma escola científica. Esse é justamente o caminho para levar a classe operária e sua juventude a desmascarar a escravidão capitalista e a lutar pela sua destruição. A situação presente não se distingue na essência daquela vivida pelo proletariado e a juventude perante as quais Marx defen-

deu a escola vinculada à produção social, a escola do trabalho (politécnica). O que há de diferente é que a maior parte da juventude atual se encontra desempregada, sem perspectiva de emprego, a parcela empregada suporta uma jornada escravizante, um salário miserável e a escola que os abriga, quando podem frequentá-la, está completamente divorciada da produção social.

Para melhor compreender o problema do ensino politécnico, recorreremos às explicações de Marx sobre o processo do trabalho no sistema capitalista, considerando-o de sua origem à revolução industrial. Verificamos o estágio inicial da cooperação simples, a fase manufatureira e, finalmente, a da indústria. O capitalismo eliminou o trabalhador individual do modo de produção anterior, que detinha o conhecimento artesanal de todas as etapas da produção de um determinado objeto, substituindo-o pelo trabalho cooperado. O produto passou a ser o resultado do trabalho coletivo, cooperado. Essa cooperação resultou na produção social. Em seu fundamento, está a divisão social do trabalho, tipicamente do modo de produção capitalista. Criou-se o trabalhador parcial, que desenvolve uma de suas faculdades ou habilidades em detrimento das outras. O trabalhador parcial é aquele que não detém o processo integral da produção. E criou o trabalhador coletivo, que expressa o trabalho cooperado. A coordenação e subordinação das várias operações realizadas pelo conjunto de trabalhadores parciais resultam em produção social, ou seja, na força motriz do trabalhador coletivo. Todo conhecimento acumulado pela produção artesanal (individual) foi transformado em propriedade capitalista, juntamente com os meios de produção. A força de trabalho passou a ser mercadoria. Esta é comprada individualmente de cada operário e reunida na forma de trabalhador coletivo e de trabalhador parcial. As "forças intelectuais da produção" passaram para mãos do capitalista, que detém os meios de produção e o poder sobre o trabalhador coletivo.

A indústria vai revolucionar a base técnica da produção. Substituirá a manufatura depois desta ter percorrido

um longo tempo de aperfeiçoamento da força motriz do trabalho e das ferramentas, que inclui a divisão social do trabalho. Foi preciso elevar-se ao máximo a potencialização e a exploração da força de trabalho e dos instrumentos de trabalho para que sobreviesse a substituição da manufatura pela indústria. Na fase manufatureira, a força de trabalho constitui em sua essência a força motriz da produção. Enquanto que na indústria, a força motriz passou para a máquina. O trabalhador parcial passou a ser um trabalhador parcial de uma máquina também parcial, que constituiu um sistema. Como na manufatura a força motriz estava com o trabalhador, não se empregava crianças e mulheres. Ao passar para a máquina, mulheres e crianças são colocadas para movimentar a força motriz (máquina), que não dependia essencialmente de força física. A indústria ampliou e intensificou a exploração da força de trabalho. Escravizou mulheres e crianças. A produção social e a divisão social do trabalho para o capital são mecanismos de expropriação da mais-valia, do rebaixamento salarial em geral e da mutilação do trabalhador parcial. A indústria potenciou a capacidade de exploração e acumulação de capital. As descobertas científicas e a revolução tecnológica ocorridas a partir da segunda metade do século XVIII transformaram radicalmente a capacidade de produção social. Mas ao invés de libertar a classe operária das condições mutiladoras de suas faculdades agravadas ainda mais tornando o trabalhador parcial em um simples apêndice da máquina.

A escola como instrumento para a formação de mão-de-obra reflete a divisão social do trabalho. A separação entre a teoria e a prática, uma imposição do capital com o desenvolvimento da especialização e do trabalhador cada vez mais parcial, reservou à escola a extensão desse processo que já se realizava na produção social. A mutilação de crianças e jovens, ainda com pouca idade, obrigava setores, inclusive da burguesia, a defenderem regulamentação do trabalho e leis para a educação. Marx dizia que não era possível negar o trabalho, porque todo

jovem a partir de uma certa idade se torna um elemento produtivo. Era preciso, sim, combater a escravização do trabalho. Dizia que o capitalismo criou o germe de uma nova escola, vinculando a aprendizagem com a produção social. Porém, como a produção social está submetida ao capital, esse germe não pode ser desenvolvido. A escola no capitalismo não poderá realizar a unidade entre a teoria e prática, fundamento da ação do homem na transformação da natureza e da sociedade. O capitalismo necessita de uma escola para adestrar mão-de-obra. Adestramento que reflete o trabalhador apêndice da máquina, alheio às forças intelectuais da produção e mutilado em suas faculdades. O germen da escola para o trabalho surgiu na contradição entre a produção social e a apropriação privada do produto; entre as forças produtivas e as relações de propriedade capitalistas; entre as faculdades do trabalho inerentes ao homem (capacidade criadora e transformadora) e a sua mutilação sob a forma de exploração capitalista.

A escola politécnica é a escola que expressa a unidade dos conhecimentos práticos com os teóricos. Que permite a teoria ser assimilada como guia da prática e esta como a base material daquela. A inter-relação entre a prática e a teoria no processo da produção constitui o fundamento das transformações revolucionárias. Por isso, está em choque com a divisão social do trabalho capitalista, portanto, com todos os aspectos da exploração da força de trabalho. A educação no capitalismo reproduz a destruição das capacidades do homem no processo de produção. A defesa da escola politécnica é parte da luta contra o sistema de exploração do trabalho. A escola que desenvolva as capacidades integrais do homem encontra-se embrionariamente na produção social. Para se desenvolver, é necessário emancipar a produção social da sua forma capitalista. Só assim historicamente se harmonizará a capacidade inerente do trabalho humano - capacidade essa que criou o próprio homem - com a cooperação livre da exploração e voltada para desenvolvimento pleno da sociedade.

São Bernardo do Campo - SP

A terceirização é um perigo para nós

Os companheiros da Ala 21 deram um alerta com a paralisação contra a terceirização. Mostraram que a Volks pretende desativar o setor de distribuição de peças.

Qual é o objetivo da terceirização?

É o de reduzir custos reduzindo salários. A empresa que fornece serviços terceirizados pagará bem menos os operários que substituirão o trabalho dos metalúrgicos da Volks. Via de regra, as empresas terceirizadas admitem o trabalhador pelo contrato temporário e sem os direitos trabalhistas conquistados por nós. O que quer dizer que os operários terceirizados sofrem uma escravidão ainda maior. Eles são admitidos entre os milhões de desempregados que batem todos os dias nas portas das fábricas e agências para mendigar um trabalho qualquer, a qualquer preço.

E o que acontecerá com nossos 700 companheiros do setor de distribuição de peças (ala 21)?

Segundo a diretoria da Volks, serão remanejados para outras funções. Mas será que permanecerão por muito tempo? Tudo indica que não. A meta da Volks é de cortar ainda mais postos de trabalho. As 700 demissões de janeiro foram apenas um anúncio do que vai ocorrer de mais grave. Fala-se de que em prazo de alguns anos a Volks não precisaria mais do que 10 mil operários. Isso deve ser bem verdade. Ano a ano, temos vivido as demissões. A renovação tecnológica destrói postos de trabalho e aumenta a produtividade às custas daqueles que permanecem trabalhando com salários rebaixados. Isso quer dizer que o sistema capitalista de exploração do trabalho não pode sequer manter os empregos atuais e sustentar um salário minimamente de acordo com nossas necessidades.

Isso acontece, portanto, em toda

economia. O desemprego e o rebaixamento salarial atingem todos os ramos de produção. O comércio também não escapa. Não é por acaso que tem crescido o desemprego, a fome e a miséria entre os trabalhadores. Vocês têm visto como cresceu o número de ambulantes e daqueles que vivem de bicos.

Quem são eles? São nossos companheiros que da noite para o dia se viram sem o emprego e sem o salário de sobrevivência. Muitos foram metalúrgicos. A pequena parcela que volta a ter o emprego, volta como terceirizado, ganhando menos e trabalhando mais. Uma outra parte não terceirizada, é contratada por tempo determinado. Assim que passa a necessidade de produção, são demitidos sem nenhum direito. Não há nada pior na escravidão do capitalismo do que o desemprego e o poder dos patrões fazerem o que querem com nossa capacidade de trabalho.

É preciso entender bem essa situação de opressão que atinge toda classe operária para criar um movimento em defesa do emprego, do salário e das conquistas trabalhistas. É necessário lutar duramente contra a terceirização e contra toda e qualquer demissão.

A importância da luta da Ala 21

A paralisação desse setor foi para exigir da Volks a não terceirização. Ela estava sendo imposta a partir da produção do Polo. Nossos companheiros logo viram que a Volks preparava e prepara a desativação da distribuição de peças. O fantasma do desemprego que ronda a fábrica foi se tornando de carne e osso para a turma da distribuição.

Inicialmente, a diretoria da Volks não queria sequer conversar com os representantes da Ala 21. Dizia que teria de ouvir o sindicato, com quem

assinou o acordo. Nossos companheiros disseram que não estava previsto nenhuma terceirização da Ala 21. A diretoria da Volks insistiu que estava aplicando o acordo.

Marinho se fez de surdo e mudo. A Tribuna sequer noticiou a paralisação da Ala 21. Procurou ignorar a luta para assim manter a Ala 21 isolada. Marinho deixou os companheiros na boca do leão. Não quis dizer se a terceirização da Ala 21 é de responsabilidade de seu acordo.

Para nós, que dissemos que o acordo era maldito, sabemos que a Volks usará o acordo para continuar a redução salarial, a implantação do trabalho temporário, a diferenciação salarial e a preparar as condições para futuras demissões. Duvidamos que o acordo assegurará 5 anos de estabilidade no emprego. Isso porque o acordo prevê demissão por "baixa performance". É fácil para a empresa encontrar as razões que sirvam para justificar demissão por "baixa performance".

Assim, a manifestação dos companheiros da Ala 21 foi um alerta para o perigo da terceirização e do desemprego que se avizinha.

A luta deve ser de todos, se quisermos afastar esse perigo. É preciso organizar a fábrica para com unidade defender o emprego e o salário. Se alguém acha que está seguro com o acordo maldito, deve olhar com cuidado os passos da Volks em direção da terceirização. **Só a luta coletiva e unitária poderá defender nosso trabalho e nosso pão.**

Não à terceirização!

Não ao desemprego e redução salarial!

Contra a "flexibilização" do trabalho!

Pela redução da jornada sem redução salarial!

Pela defesa de todos os direitos trabalhista!

Judiciários-SP

Por uma assembleia estadual para organizar a campanha salarial 2002

A política de concessão de abonos e gratificações que o governo tem aplicado ao conjunto do funcionalismo público nos últimos anos serviu apenas para manter o arrocho salarial e, ao mesmo tempo, conter a luta dos trabalhadores. Ou seja, para evitar que os movimentos grevistas rompessem com o congelamento salarial de mais de sete anos, o governo abriu mão de algumas migalhas em forma de abonos e gratificações que, na verdade, não mudaram em nada a situação.

Isto foi exatamente o que aconteceu com os trabalhadores judiciários de São Paulo, que, apesar de terem recebido um abono com as mobilizações em 2000 e uma gratificação com a greve no ano passado, todos estão sentindo que o salário continua insuficiente para pagar as contas mais elementares (alimentação, escola, saúde, vestuário, condução etc).

Somando-se a isto, as condições de trabalho continuam precárias e muitos funcionários obrigados a custear os ma-

teriais de expediente, limpeza, higiene e até equipamentos para poder dar conta do serviço. Situação esta que os funcionários denunciaram durante a greve, obrigando o tribunal a se comprometer a solucionar o problema até janeiro/02. Entretanto, até agora tudo não passou de promessas.

Diante desta situação, o descontentamento é grande e tende a crescer ainda mais. Trata-se de transformar esse descontentamento em ação e seguir o exemplo de outras categorias que já estão realizando assembleias e fazendo paralisações, como professores de vários estados, funcionários de escolas, judiciários federais, policiais civis etc, apontando o caminho da ação direta (greves, manifestações etc) e da unidade do conjunto do funcionalismo público e demais trabalhadores como única forma de enfrentar a política de arrocho salarial e de destruição de conquistas impostas pelo governo.

Os trabalhadores do judiciário de São Paulo já mostraram capacidade de

mobilização e agora devem retomá-la novamente. Para tanto, precisam romper com a política de "negociação" e colaboração com o Tribunal que vem sendo desenvolvida pelas atuais direções.

Na verdade, essa política não pode resultar em nenhuma conquista para os trabalhadores e serve apenas aos interesses do Tribunal. Basta ver que já se passaram vários meses e aconteceram inúmeras reuniões a até agora nada se conseguiu em termos de atendimento das reivindicações. O Tribunal sequer repassou aos auxílios alimentação, transporte e saúde e muito menos aos salários os valores referentes ao acréscimo no orçamento de R\$40 milhões para este ano, como ficou acordado durante a greve.

Portanto, é preciso exigir a convocação imediata da Assembleia Estadual da categoria para que se possa discutir e aprovar um calendário de lutas e a pauta de reivindicações, iniciando, assim, a campanha salarial 2002.

Reproduzimos abaixo texto do boletim do Comitê de Ação Popular de Embu Guaçu

Perueiros: A linha tem que ser liberada até o Jacira e não só até as "madres"

O prefeito Walter do Imposto gosta de dizer pelos quatro cantos que está do lado da população e perueiros, e contra as empresa de ônibus quando o assunto é o transporte.

Mas os atos da prefeitura demonstram que este discurso não é verdadeiro. Os perueiros da linha "Flórida-Jacira", estão sendo pressionados para que "regularizem" (isso significa aceitar as medidas impostas pela prefeitura) suas situações com a prefeitura até o dia 04 de junho de 2002, com o percurso sendo limitado até as "madres" e não até o Jacira.

Para os passageiros esta medida será horrível, visto que é muito importante as perueiras irem até o Jacira, de onde partem ônibus para diversos locais da cidade de São Paulo, como as linhas Ter-

minal Santo Amaro, Pinheiros, Terminal Capelinha, Metrô Santa Cruz.

Para os perueiros também seria horrível, já que perderão muitos passageiros. Isso mostra que a briga entre a prefeitura e as empresas de ônibus não passa de pura encenação, pois, a empresa de ônibus Independência vai até o Jacira tranquilamente sem nenhum problema, mas para os perueiros significa uma tarefa que pode custar a apreensão da sua lotação, o que coloca em risco a sua sobrevivência.

Mais uma vez, o poder econômico das empresas de ônibus é o fator determinante para a resolução da questão dos transportes, e não as necessidades da sofrida e maltratada população da cidade.

Chamamos os companheiros peru-

eiros para formar um movimento de luta, em conjunto com a população, para que as perueiras possam transitar livremente até o Jacira, e que façam este trajeto com preço de R\$1,00, para contrapor a empresa Independência e ajudar o trabalhador que utiliza o transporte a economizar parte de seu reduzido salário.

Contra a imposição da linha ser até as "madres":

– Liberdade para o trabalho dos perueiros !!!

– Estatização do transporte municipal e intermunicipal !!!

– Fora Independência e EMTU !!!

– Assembleia da população da cidade convocada amplamente, com a participação dos perueiros, para discutirem e decidirem a respeito das perueiras !!!

João Amazonas

Morre o mais ortodoxo estalinista do PCdoB

No dia 27 de maio, morreu aos 90 anos João Amazonas. Comandou o PCdoB até o seu X Congresso, realizado em dezembro de 2001. Afastou-se da direção por motivos de impossibilidade física, deixando um sucessor formado por ele - Renato Rabello. Esteve na direção do PCB - fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil - PCdoB - no período de 1943 a 1957. Destacou-se pela sua militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, uma frente popular de inspiração estalinista. Através da ANL, aproximou-se do PCB e integrou-se nele nesse mesmo ano. Foi preso várias vezes.

No início dos anos 40, transferiu-se para o Rio de Janeiro, com o objetivo de reorganizar o partido, seriamente golpeado com o fracasso da quartelada (golpe) de 1935, denominado pela burguesia de "Intentona Comunista". Participou da Conferência da Mantiqueira (27 de agosto de 1943), que homologou a caracterização de Stalin de que a Segunda Guerra Mundial expressava o choque entre o fascismo e a democracia, portanto havia que se alinhar ao bloco dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Contrapunha-se assim à caracterização marxista-leninista de guerra imperialista. Trotsky denunciou e combateu Stalin por essa falsificação, que custou muito caro ao movimento revolucionário internacional.

Em função dessa caracterização, a Conferência traçou a estratégia de defesa de União Nacional em torno do governo de Getúlio Vargas. Vargas, inicialmente, havia se manifestado favorável ao nazifascismo. A posição de União Nacional implicava frear a luta de classes e colaborar com o governo. Essa estratégia marcará definitivamente o PCB como um partido colaboracionista com uma das frações da burguesia nacional, denominada de "progressista". O governo de União Nacional expressava e expressará, segundo o PCB, a caracterização de que a tarefa colocada era a da

12 - MASSAS - de 03 a 17 de junho de 2002

revolução democrático-burguesa, anti-feudal, antilatifundiária e antiimperialista, que como tal ocorreria por meio da aliança do proletariado com a fração burguesa considerada progressista.

A Conferência elege uma direção, tendo Luís Carlos Prestes como Secretário Geral, na qual participará João Amazonas, juntamente com Pedro Pomar e Maurício Grabois. Esgotado o Estado Novo e chegado o fim da Segunda Guerra, as frações burguesas pugnam por eleições presidenciais e por uma nova Constituição.

O PCB levantou a bandeira de "Constituinte com Getúlio", movimento que ficou conhecido por "Queremismo" (Queremos Getúlio). Ecoava assim a linha de União Nacional. Convocada as eleições sem a Constituinte e nova Constituição, o PCB defenderá o boicote. Mas um golpe (29 de outubro de 1945) liderado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes e Góis Monteiro afastou Getúlio e pôs fim ao "Queremismo". O Presidente provisório, José Linhares, convocou as eleições para o dia 2 de dezembro. O PCB mudou de posição, lançando a candidatura de Yedo Fiuza, um funcionário estatal que não pertencia ao partido. A votação de 10% conferiu ao PCB 14 deputados e 1 senador. João Amazonas foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

O PCB realizou sua 3 Conferência (julho de 1946), aprovando a tática de apoio a Dutra. Colocou-se como objetivo a criação de um movimento de união nacional pela democracia e contra o imperialismo, nos moldes da ANL de 1935. Tratava-se de uma frente para resolver pela via pacífica os grandes problemas nacionais, próprios da revolução democrático-burguesa. Em setembro de 1946, realizou-se o Congresso da Unidade Sindical e formou-se a CGT, contando com a presença do Ministro do Trabalho, que em seguida estimulou a divisão da CGT pela direita, formando a CNT.

A linha do PCB era de evitar o con-

fronto grevista com o governo e, no quadro de colaboração de classe, fundar a CGT. O descontentamento da classe operária com a situação de pobreza e as greves espontâneas contrariavam a posição do estalinismo. Por outro lado, rompia-se a "coexistência pacífica" entre o imperialismo e a URSS estalinizada. Iniciava o que se denominou "guerra fria".

O governo Dutra, que era apoiado pelo PCB, a mando do imperialismo, rompeu as relações diplomáticas com a URSS. Em maio de 1947, fechou a CGT e, em seguida, declarou ilegal o PCB. Finalmente, em janeiro de 1948 cassou o mandato dos parlamentares do PCB. O PCB se encontrava de mãos atadas ao governo Dutra, tido pouco antes como "progressista e democrático", o que explica sua total incapacidade de esboçar uma mínima reação contra as medidas totalitárias.

Em novembro de 1954, o PCB fará seu IV Congresso, conhecido por elaborar um programa, elegerá a nova direção da qual consta João Amazonas. Na verdade, não houve nenhuma mudança substancial das posições históricas do partido, influenciadas pelo estalinismo. Ocorreu que se fez uma revisão da linha da revolução pacífica, admitindo a inevitabilidade da luta armada para a vitória "da insurreição popular". Aparentemente, nesse ponto, houve uma mudança substancial. Entretanto, a tal insurreição popular respondia à revolução democrático-burguesa (democrática-popular, antiimperialista e agrária antifeudal), para qual a burguesia nacional, excluído o setor dos grandes capitalistas pró-imperialistas, continuava sendo fundamental. Como se vê, a insurreição armada não seria proletária, mas democrático-burguesa.

A dependência do estalinismo ao nacionalismo burguês continuou integralmente no programa do IV Congresso. A mudança do pacifismo para a "insurreição popular armada" não expressava uma revisão da concepção da revolução

Leon Trotsky

Sobre a Questão Judaica

(Entrevista concedida por L. Trotsky ao Jornal Der Weg (México) e à agência telegráfica judaica)

Antes de tentar responder à vossas questões, devo prevenir-vos de que infelizmente não tive a ocasião de aprender a língua judaica que, aliás, só se desenvolveu quando eu era adulto. Eu não tive conhecimento nem a possibilidade de acompanhar a imprensa judaica, o que não me impede de formar uma opinião exata sobre os diferentes aspectos de um problema tão importante e tão trágico. Não posso pois pretender uma autoridade particular para responder vossas questões. Apesar disso, tentarei dizer o que penso a respeito.

Durante minha juventude eu me inclinava sobretudo para o prognóstico de que os judeus dos diversos países seriam assimilados e que a questão judaica assim desapareceria de uma forma quase que automática. O desenvolvimento histórico do último quarto de século não confirmou esta perspectiva. O capitalismo decadente, por todos os lados, voltou a um nacionalismo exarcebado, uma parte do qual é o antisemitismo. A questão judaica surgiu no país capitalista mais desenvolvido da Europa, a Alemanha. Por outro lado, os judeus dos diversos países criaram sua imprensa e desenvolveram a língua ídiche como um instrumento adaptado à cultura moderna. Deve-se pois contar com o fato de que a nação judaica se manterá por toda uma época a vir. Ora, a nação não pode existir normalmente sem um território comum. O sionismo parte desta idéia. Mas os fatos de cada dia nos mostram que o sionismo é incapaz de resolver a questão judaica. O conflito entre os judeus e árabes na Palestina adquire um caráter cada vez mais trágico e ameaçador. Eu não acredito de forma alguma que a questão judaica possa ser resolvida nos quadros do capitalismo decadente e sob o controle do imperialismo britânico.

E como, vós me perguntais, o socialismo poderia resolver esta questão? Qu-

anto a isto eu só posso emitir hipóteses. O socialismo, tornando-se senhor de nosso planeta ou pelo menos de suas partes mais importantes terá recursos inimagináveis em todos os domínios. Houve na história humana a época das grandes migrações em base bárbara. O socialismo abrirá a possibilidade de grandes migrações com base na técnica e na cultura mais desenvolvidas. É certo que não se trata de deslocamentos forçados, ou seja, da criação de novos guetos por certas nacionalidades, mas de deslocamentos livremente consentidos, ou melhor, exigidos por certas nacionalidades ou parcelas de nacionalidades. Os judeus dispersos que quiserem reunir-se na mesma comunidade encontrarão um lugar suficientemente amplo sob o sol. A mesma possibilidade abrir-se-á para os árabes, assim como para todas as outras nações dispersas. A topografia nacional tornar-se-á uma parte da economia planificada. Eis a grande perspectiva histórica que eu entrevejo. Lutar por um socialismo internacional significa também lutar pela solução da questão judaica.

Vós me perguntais se a questão judaica existe na URSS. Sim, ela existe, como também existe a questão ucraniana, georgiana e mesmo russa. A burocracia onipotente sufoca o desenvolvimento tanto da cultura nacional como o da cultura simplesmente. Pior ainda, o país da grande revolução proletária passa agora por um período de profunda reação. Se a ascensão revolucionária despertava os melhores sentimentos de solidariedade humana, a reação termidoriana fez surgir tudo o que há de baixo, sombrio, atrasado, nesta aglomeração de 170 milhões de homens. Para reforçar sua dominação, a burocracia não hesita sequer em recorrer, de maneira mal camuflada às tendências chauvinistas, principalmente antisemitas. O último processo de Mos-

cou, por exemplo, foi montado com a intenção mal oculta de apresentar os internacionalistas como judeus sem fé nem lei, capazes de vender-se à Gestapo alemã.

A partir de 1925 e sobretudo desde 1926, uma demagogia antisemita, bem camuflada, inatacável, é paralela a processos simbólicos contra pogromistas comprovados.

Vós me perguntais se a antiga e pequena burguesia judaica na URSS está socialmente assimilada pelo novo meio soviético. Fico bastante embaraçado em dar-vos uma resposta precisa. A estatística social e nacional na URSS é extremamente tendenciosa. Ela serve não só para fazer aparecer a verdade, mas sobretudo para glorificar os dirigentes, os chefes, os criadores de felicidade. Uma parte importante da pequena burguesia judaica é absorvida pelos formidáveis aparelhos de Estado, da indústria, do comércio, das cooperativas etc, principalmente nas camadas inferiores e médias. Este fato engendra um estado de espírito anti-semita e os dirigentes se dedicam com sábia arte em canalizar e dirigir especialmente contra os judeus o descontentamento que existe contra a burocracia.

Sobre o Birobdjan, eu não posso tampouco dar-vos apreciações pessoais. Não conheço esta região e ainda menos as condições nas quais os judeus aí se instalaram. Em todo caso, trata-se de uma experiência bem parcial, a URSS seria ainda muito pobre para resolver sua própria questão judaica, mesmo sob um regime bem mais socialista que o atual. A questão judaica, repito, está indissolivelmente ligada à emancipação total da humanidade. Tudo o que se faz de diferente neste domínio só pode ser um paliativo e às vezes mesmo uma faca de dois gumes, como mostra o exemplo da Palestina.

L. Trotsky- 18 de janeiro de 1937

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo a tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I – Programa e Organização A Idéia Organizativa de José Aguirre

Foi de José Aguirre Gainsborg – fundador do POR – o enorme mérito de ter colocado pela primeira vez na Bolívia a necessidade de organizar um partido do tipo bolchevique, como condição indubitável para materializar a emancipação do proletariado e a transformação do país. Podemos dizer que para cumprir tal tarefa fizeram-se todos os esforços para pôr em pé o POR no exílio. Mais tarde, a idéia ficou marcada na polêmica entre os marxistas bolcheviques com os discípulos do centrista e aventureiro Tristan Marof, que lutou por estruturar um movimento populista, ampliando e afrouxando todo o possível conceito de militância e esquecendo-se dos princípios programáticos revolucionários (o tristemente célebre Marof abandonou uma a uma as bases marxistas e terminou como um intelectual reacionário). A cisão ocorrida em 1938 salvou o POR e lhe abriu a perspectiva de converter-se em um partido bolchevique – entenda-se bem que dizemos somente a perspectiva – e neste sentido foi uma cisão muito proveitosa, ainda que determinou seu extremo e momentâneo debilitamento numérico.

Aguirre enfatizou sobre a necessidade histórica do partido de estrutura bolchevique (ainda que este não adquirisse uma imediata notoriedade, dizia ele), isto porque sua análise política do país sustentava que, definitivamente, o proletariado se colocaria na cabeça do processo revolucionário e chegaria, cedo ou tarde, a estruturar seu governo.

Estas idéias foram lançadas numa época em que a "inteligência" pequeno-burguesa reivindicava para si o direito e o dever de encabeçar a transformação social, idéia que caracteriza o "socialismo universitário" ou pequeno-burguês. Faltava ao enunciado de Aguirre a concretização que não foi alcançada quando do fechamento do programa e não poderia ser de outra forma, pois neste momento nem as classes sociais nem seus expoentes políticos não haviam posto em evidência sua capacidade e possibilidades revolucionárias. O empirismo – então dominante no campo da política e da cultura em geral – gostava de desenvolver discussões sobre o particularismo e excepcionalidade bolivianas dentro do processo histórico: dizia-se que partindo do antecedente da comunidade indígena se poderia chegar, por caminhos próprios, a um socialismo muito "suis generis", colocando que recapitulava as conclusões a que chegou a escola indigenista que vinha se desenvolvendo no Peru, particularmente na sua região sul, sobre o comunismo incaico etc.

O pensamento de Aguirre (um enunciado meramente geral) correspondia ao estado embrionário do programa e a infância do próprio movimento operário e revolucionário nacionais. O partido deveria ser – disse – um partido de classe, um partido operário e não uma mistura das classes exploradas (o estalinismo da época pirista retornou ao policlassismo tão apregoa-do pelos nacionalistas de todos os lugares). Foi o primeiro a sublinhar a urgência de captar e educar para a militância o mais atrevido da vanguarda operária de sua época, como pudemos comprovar posteriormente.

O fundador do POR tinha acumulado uma grande experiência organizativa no exílio, mas compreendia que ela não poderia ser imediatamente aplicada de forma integral na Bolívia, devido ao tremendo atraso político imperante. A questão era descobrir no caminho os métodos apropriados que permitissem colocar em pé uma organização de vanguarda, inevitavelmente pequena, mas disciplinada ao redor de um programa claramente elaborado e com capacidade de nadar contra a corrente, tudo isto a fim de neutralizar a influência anarquizante das camadas pequeno-burguesas. Estes métodos organizativos deveriam levar em conta as características bolivianas. Uma das preocupações centrais de José Aguirre consistiu em levar ao conhecimento das massas o programa e as idéias do POR, em um determinado momento, pensou que algumas organizações de intelectuais poderiam servir de canais para este propósito, o que explica o seu "entrismo" em Beta Gama.

O Partido teve de pagar muito caro com a morte prematura do talento e da vontade forte de Aguirre. A primeira consequência foi a queda, no plano organizativo, em um tremendo rudimentarismo que custou muito tempo e trabalho para o partido superar. Mesmo hoje, podemos encontrar suas marcas dentro do partido. Estes vícios são um freio na marcha e crescimento da organização. Constitui, pois, uma necessidade inadiável derrotar politicamente os representantes do rudimentarismo organizativo e político e ajudar o partido em seu conjunto a assimilar criticamente a experiência organizativa acumulada tanto no plano nacional como internacional.

Argentina

Governo revoga a Lei de Subversão Econômica a mando do FMI

O Senado argentino revogou, por voto de minerva em uma votação de 34 a 34, a lei de subversão econômica. Esta lei permitia processar e prender capitalistas que praticassem movimentos financeiros considerados lesivos à economia nacional argentina, assim como de corrupção e outros. O FMI exigia a revogação dessa lei a fim de permitir o livre trânsito e manipulação do mercado financeiro pelo capital estrangeiro. Ou seja, uma anistia antecipada aos crimes dos capitalistas, liberdade total aos especuladores e corruptos.

A votação se deu em meio ao agravamento da crise econômica e da mobilização popular. O partido opositor (União Cívica Radical, direitista) votou contra a medida, pensando em saldo eleitoral diante de uma medida profundamente antipopular. Mas retirou do plenário uma senadora, a fim de não evitar a vitória do governo, o que indica que essa fração da burguesia está apoiando a medida governamental, ditada pelo FMI, mas ma-

nobra contra ainda maior desgaste eleitoral.

O governo conseguiu juntar apenas a metade dos governadores de províncias, numa reunião na mesma semana para debater os cortes de orçamentos. A derrota na votação exigida pelo FMI levaria o governo à falência política.

A crise econômica já fez o governo emitir em dois meses o total de cédulas da moeda nacional que emitiria num ano. Conseqüência da superdesvalorização diante do dólar. Sobre as massas recairá o custo da elevação brutal dos preços. Para o capital financeiro internacional, será uma barbada adquirir ainda maior parcela da economia do país.

O corralito foi substituído por um confisco compulsório: a transformação dos saldos dos depositantes em títulos do governo federal, a serem pagos daqui a dez anos.

As massas têm mostrado insistentemente sua insatisfação: ocupam os estabelecimentos bancários, os prédios

públicos, bloqueiam as ruas etc. Tudo à margem das direções burocráticas corrompidas, que volta e meia são ultrapassadas ou ignoradas pelas massas. O governo prepara uma última cartada anunciando a convocação de eleições gerais para daqui a alguns meses.

As massas não reivindicam a assembleia constituinte, que é levantada apenas pelas correntes de esquerda democratizante. Pretendem resolver as questões nacionais e democráticas nos marcos do atual sistema político agonizante. Com essa política, pretendem arrasar as massas, desviando-as de seu confronto direto com o governo, o regime e a burguesia ("que se vão todos") para a zorra confusionista constituinte.

A tarefa dos revolucionários está em impulsionar as lutas pelas reivindicações mais sentidas das massas, que levam à luta pela derrubada do governo e do regime. Isso passa pelo combate às posições distracionistas da esquerda ébria de democratismo burguês.

Bolívia

O que é o militante revolucionário profissional?

Esse termo é mal interpretado, sobretudo no plano internacional, em que se associa essa palavra ao burocrata, que chega ao extremo de defender seu salário e não o programa revolucionário.

Definição do revolucionário

O militante revolucionário é o que não tem nome próprio (usa um pseudônimo), e domicílio desconhecido, porque recorre aos lugares clandestinos, às vezes tortuosos, quase sem impedimento. Na sociedade capitalista suja se rebelou contra o dinheiro que prostitui.

O anterior supõe que o bolchevique é revolucionário profissional porque entrega sua vida à causa de libertação dos explorados e oprimidos. É um profissional porque se educa para cumprir devidamente todas as tarefas da militância.

No partido revolucionário a militância não se divide entre os que se dedicam às tarefas de elaboração teórico-políticas e os que realizam trabalhos materiais (embalar pacotes etc.). Isto quer dizer que o bolchevique está devidamente preparado para realizar todas as tarefas partidárias (organizativas, políticas, propagandísticas, agitativas, militares etc.)

É preciso reiterar que o que define o revolucionário é sua total entrega à causa revolucionária e não nenhuma outra consideração.

O militante revolucionário é visto organizando células, pregando cartazes, redigindo documentos etc.

Constitui grave degeneração considerar profissional ao militante que recebe um salário. Essa desvinculação empurrará esse elemento a lutar por seu privilégio de rendado, que concluirá degenerando-o e não o interessando na de-

fesa do programa.

Partido Minoritário

Não é casual que se defina o Partido Operário Revolucionário como vanguarda do proletariado organizada politicamente.

A totalidade da massa de trabalhadores não pode em massa ser militante por não estar capacitada para cumprir todas as tarefas partidárias.

No entanto, o punhado de revolucionários bolcheviques tem capacidade para dirigir as lutas das massas e de conduzi-las à vitória da revolução. É por isso que suas células penetram em todos os setores sociais.

Pode-se dizer que o POR é o estado maior do exército revolucionário (conjunto dos explorados)

Extraído do Masas boliviano nº 1804, de 24/05/2002